



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, na Usina Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná,** conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.
- 1.2. Da adjudicação:** A adjudicação será GLOBAL, com proposta detalhada.
- 1.3. Especificações técnicas do serviço:** O serviço consiste na realização das seguintes ações corretivas apontadas na Consultoria Técnica realizada pela empresa GAESAN - Engenharia e Consultoria Técnica Ltda, por meio do Contrato nº 12/2024:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1. TRANSFORMADOR DE SERVIÇO			
1.1	Fornecimento e Instalação de Cabos Elétricos de MT 12/20 kV cobre XLPE 90° - 50 mm2, contemplando 03 Fases e 01 (Reserva Técnica)	m	160
1.2	Fornecimento e Instalação de Terminais tipo TDEC-C 24/250 Tamanho 2 Elos (Conexão do Cubículo de Proteção Safe Plus ABB - REF 620)	unid	4
1.3	Fornecimento e Instalação de Terminais de compressão tipo KSEL Elos (Destino: Poste)	unid	4
1.4	Fornecimento e Instalação de terminações Poliméricas Externas para cabo 12/20 kV - 50 mm2 (Destino Poste)	unid	4
1.5	Fornecimento e Instalação de 03 CHAVES MATHEUS - Inclusas eventuais adequações técnicas com vistas ao compartilhamento da Poste existente de 600 DAN do Transformador de Serviços de 75 KVA	cj	1
1.6	Fornecimento e Instalação de Cabos de Conexão MT (jumper entre Chave Matheus e Terminal do Transformador de Serviço de 75 KVA existente)	m	12

1.7	Fornecimento e instalação de Elo Fusível de 5 A / 13,8 kV	unid	3
1.8	Testes e Comissionamento pertinentes	unid	1
2. RELÉS DE PROTEÇÃO			
2.1	Alteração dos contatos de trip para pulso em milissegundos com autorização da COPEL - REF601	unid	1
2.2	Alteração dos contatos de trip para pulso em milissegundos com autorização da COPEL - REF620	unid	1
2.3	Alteração dos contatos de trip para pulso em milissegundos com autorização da COPEL - REF615	unid	4
3. CUBÍCULO DE PROTEÇÃO SAFE PLUS ABB			
3.1	Instalação da Bobina Solenoide " Y 1 "- ABB - 24 VDC * Fornecimento da Bobina de responsabilidade do TRE	unid	1
3.2	Instalação da Bobina Solenoide " Y 4 "- ABB - 24 VDC * Fornecimento da Bobina de responsabilidade do TRE	unid	3
4. CONDUTORES ELÉTRICOS DE ENTRADA			
4.1	Ensaio de medição de resistência de isolamento - 4 condutores (fase+reserva)	serviço	1
4.2	Ensaio de medição de tensão aplicada - 4 condutores (fase+reserva)	serviço	1

1.3.1. O serviço objeto desta contratação consiste em manutenção corretiva, nos termos da tabela acima, compreendendo o fornecimento e instalação de peças, execução de testes e comissionamento pertinentes e demais atividades descritas para assegurar a conformidade do sistema de funcionamento da Usina com as normas vigentes.

1.3.1.1. A aquisição das bobinas será realizada pelo contratante.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, XXI "a" da Lei 14.133/2021.

1.5. Natureza do Objeto: Contratação de Serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.6. Enquadramento da contratação para fins de vigência: Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **não contínuos**, visto que atenderão à necessidade

transitória do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

- 1.7. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. Do local e horário de entrega:** os serviços deverão ser prestados na Usina Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Paranavaí, na Rua Longuino Eduardo Boraczynski - Jardim São Jorge, no horário das 8h às 18h, mediante prévio agendamento junto ao Núcleo de Energia e Saneamento, no telefone (41) 3330 8682.
- 1.9. Código SIASG: 19747.**

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação (nas especificações técnicas descritas no subitem 1.3) tem como razão a necessidade de viabilizar o reparo da Usina Fotovoltaica de propriedade do CONTRATANTE.
- 2.2.** Conforme relatado em Informação Preliminar do então Núcleo de Gestão da Usina Fotovoltaica do TRE-PR, foi constatada, em 23/04/2023, falha de funcionamento no Sistema de Proteção da Usina Fotovoltaica.
- 2.3.** Por essa razão, e considerando a iminência de eventuais intercorrências na rede de conexão com a Concessionária de Energia (COPEL), que poderiam causar a paralisação da usina ou dano aos seus componentes, esta instituição contratou a empresa GAESAN - Engenharia e Consultoria Técnica Ltda para prestar consultoria técnica, por meio do Contrato nº 12/2024.
- 2.4.** O relatório da referida consultoria pontua ações a serem adotadas pelo contratante que dizem respeito à manutenção corretiva da usina, incluindo, dentre outros serviços descritos no subitem 1.3, o fornecimento de peças e a substituição de bobinas.
 - 2.4.1.** O fornecimento das bobinas será realizado pelo contratante.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

- 3.1.** A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva na Usina Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, abrangendo o fornecimento e instalação de peças, execução de testes e comissionamento e demais atividades descritas no subitem 1.3., a fim de assegurar a conformidade do sistema de funcionamento da Usina com as normas vigentes.
- 3.2. Das obrigações da contratada:**
 - 3.2.1.** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada satisfazer todas as exigências, condições de habilitação e requisitos estabelecidos até o adimplemento total da contratação.

- 3.2.2.** A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 3.2.3.** Para a execução dos serviços e o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, a contratada deverá utilizar mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade mínimas necessárias.
- 3.2.4.** A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.2.5.** A contratada deverá reparar, corrigir, remover, ou substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, os serviços que não atendam o padrão de qualidade exigido ou nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 3.2.6.** A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de qualquer ônus como encargos sociais, despesas de fretes, mão de obra, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.
- 3.2.7.** Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o contratante.
- 3.2.8.** É de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais perante seus empregados, não sendo admitida sob qualquer hipótese a existência de relação de emprego com o contratante.
- 3.2.9.** A contratada deverá prover aos funcionários Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados ao risco existente em cada atividade, portanto necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamento de Proteção Individuais – EPI e NR-1 – Disposições Gerais.
- 3.2.10.** A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou representantes legais durante a execução dos serviços ora contratados. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada.
- 3.2.11.** Responder, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 3.2.12.** A contratada deverá comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 3.2.13.** A contratada deverá manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

3.3. Das obrigações do contratante:

- 3.3.1. Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Usina Fotovoltaica para a execução do contrato.
- 3.3.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- 3.3.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.3.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no presente Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.3.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.3.6. Solicitar a substituição/refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.3.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado.
- 3.3.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.3.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Sustentabilidade:** A Contratada deverá fornecer aos seus empregados Equipamento de Proteção Individual (EPI) - dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho, conforme descrito na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR-6).
 - 4.1.1. A presente contratação deverá atender aos requisitos de sustentabilidade descritos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, respeitando-se especialmente a logística reversa para resíduos de óleos lubrificantes e eletroeletrônicos.
 - 4.1.2. A contratada deverá se responsabilizar pela destinação (descarte) sustentável de peças ou equipamentos que forem trocados ou substituídos, de forma a preservar a saúde pública e o meio ambiente.
- 4.2. **Vistoria:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento prévio com o Núcleo de Energia e Saneamento por meio do telefone: (41) 3330-8682
 - 4.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
 - 4.2.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.2.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Participação de Pessoa Física: Não será admitida a participação de pessoa física, vez que a execução do objeto exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021).

4.5. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

5.1. Condições de entrega: o prazo para a execução dos serviços se divide em duas parcelas, conforme descritas abaixo, nos seguintes prazos e condições:

PARCELA	COMPOSIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA	CONTADOS A PARTIR	VALOR
1ª	Subitem 1.3, com exceção do que consta no 3.1 e 3.2 da tabela	30 (trinta) dias corridos	Da assinatura do contrato	60% do valor do contrato
2ª	Subitem 1.3, somente em relação ao 3.1 e 3.2 da tabela	10 (dez) dias corridos	Da entrega das bobinas pelo TRE-PR	40% do valor do contrato

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica: O prazo de garantia contratual dos serviços, será de, no mínimo 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. A garantia do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.4. Do recebimento provisório e técnico: os serviços serão recebidos provisória e tecnicamente pelo Núcleo de Energia e Saneamento, assessorado pelo engenheiro eletricista

contratado pelo TRE-PR, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação da entrega do serviço pela contratada.

- 5.5. Do recebimento definitivo:** os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório e técnico pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.6. Dos serviços rejeitados:** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.7. Prazo de pagamento:** Conforme padrão do TRE-PR.
- 5.8. Forma de pagamento:** o pagamento será processado conforme item 5.1.
- 5.9.** A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: nes@tre-pr.jus.br

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** O contratante poderá convocar o responsável técnico da empresa para reunião no local da prestação de serviços, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos a contar da convocação, para repasse de eventuais inconsistências na execução dos serviços, bem como das providências que devam ser cumpridas no prazo a ser informado no instrumento convocatório (notificação).
- 6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o responsável técnico e o preposto da empresa contratada para reunião inicial na Usina Fotovoltaica, em Paranaíba, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.6.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.** O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização

de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.8.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.9.** O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 7.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 7.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com o servidor Jeronimo Nardielo, do Núcleo de Energia e Saneamento, por meio do telefone (041) 3330 8682 ou pelo e-mail nes@tre-pr.jus.br